

EXPERIMENTAÇÕES EXTENSIONISTAS E GÊNERO: ações de resistências e equidade no Projeto Mulheres nas Engenharias do Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias no Campus Universitário de Tucuruí – CAMTUC/UFPA

Edileuza de Sarges Almeida¹

Geysy Kelly Silva dos Santos²

Ildenê Freitas da Silva Mota³

RESUMO

Este trabalho versa sobre as experimentações criadas por e para mulheres nos cursos de graduação do Campus Universitário de Tucuruí (CAMTUC) da Universidade Federal do Pará. Esse espaço é marcado pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de engenharia, a saber: mecânica, civil, elétrica, computação e sanitária e ambiental. A problemática está nos estereótipos históricos e sociais que consideram os cursos das ciências exatas como ambientes não apropriados para mulheres. No CAMTUC, esses marcadores são reforçados pelo quantitativo de 40,8% de mulheres ingressantes na graduação. Em relação aos concluintes, elas totalizam 32,2%, evidenciando a presença de violências simbólicas marcadas por preconceitos de gênero. Embora sejam minoria, elas estão presentes nos cursos, contrariando os estereótipos e apontando aspectos de transgressão e resistência. Nesse contexto, este texto objetiva apresentar as ações do projeto “Mulheres nas Engenharias”, vinculado ao Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias, que traça estratégias de resistência aos padrões machistas presentes no CAMTUC. Nossas ações dialogam com Martins (2019) sobre aspectos metodológicos e relevância de ações extensionistas; Lombardi (2016), Dias (2016), Tebet (2008) que traçam questões relacionadas às mulheres nas engenharias e Louro (2011) e Beauvoir (2009) que nos sensibilizam para as discussões de gênero. Por meio de ações como palestras, rodas de conversa e eventos sobre mulheres na engenharia, mercado de trabalho, assédio, feminicídio, direitos humanos, inclusão, saúde mental, além das campanhas “Unidas no Ciclo”, que dissemina conhecimentos sobre dignidade menstrual, e “Mais Respeito, menos assédio”, que promove ações de reconhecimento, rede de apoio e formas de denúncia contra assédios, consideramos que as experimentações desenvolvidas pelo projeto contribuem para a quebra de estereótipos e preconceitos de gênero no CAMTUC, sensibilizando e conscientizando a comunidade acadêmica para a construção de um ambiente de formação integral, plural e democrática, pautada no respeito às diferenças.

Palavras-chave: Gênero, Extensão, Resistência, Equidade, PMME.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, do Instituto de Educação da UFPA e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – PGEDA – Rede Educante, esa@ufpa.br;

² Graduanda do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Tucuruí – CAMTUC/UFPA, geysy.santos@tucurui.ufpa.br;

³ Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA, ildenemota@ufpa.br;

INTRODUÇÃO

O cenário das engenharias, historicamente marcado pela masculinização dos saberes técnicos e pela naturalização da exclusão feminina, impõe desafios estruturais às mulheres que desejam ocupar esses espaços. No Campus Universitário de Tucuruí (CAMTUC/UFPA), a assimetria de gênero reflete um quadro nacional que ainda limita o protagonismo feminino nas áreas das ciências exatas. Nesse contexto, o Projeto Mulheres nas Engenharias, integrante do Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias (PMME), emerge como um território de resistência, formação e transformação institucional, ao promover práticas extensionistas voltadas à equidade e à desconstrução de estereótipos.

As ações desenvolvidas pelo projeto respondem a uma necessidade concreta: compreender e intervir nas múltiplas formas de exclusão que atravessam o percurso acadêmico das mulheres na universidade, desde o ingresso até a conclusão dos cursos. O PMME tem se configurado como um laboratório de experiências extensionistas e pedagógicas em que se articulam ensino, pesquisa e ação comunitária, produzindo não apenas diagnósticos sobre desigualdade, mas também estratégias concretas de acolhimento, pertencimento e protagonismo feminino.

A partir de uma perspectiva pós-crítica e interseccional, o projeto assume que os discursos e práticas de gênero são construídos social e institucionalmente, sendo necessário questionar os modos pelos quais o saber técnico-científico é generificado. Assim, o enfrentamento das desigualdades não se limita à denúncia das assimetrias numéricas, mas se expande para a transformação das culturas institucionais, das linguagens e dos espaços de poder dentro e fora da universidade. O trabalho extensionista, nesse sentido, é entendido como uma forma de ação política formativa, que tensiona as fronteiras entre universidade e sociedade, produzindo deslocamentos simbólicos e materiais (Martins, 2019).

O Projeto Mulheres nas Engenharias foi estruturado para fortalecer redes de apoio, visibilizar trajetórias femininas e promover a inclusão através de oficinas, campanhas e espaços de escuta e convivência. Campanhas como “Unidas no Ciclo”, voltada à dignidade menstrual, e “Mais Respeito, Menos Assédio”, que atua na prevenção e combate à violência de gênero, são exemplos de iniciativas que transcendem o âmbito informativo e produzem impactos na cultura institucional do CAMTUC, estimulando o engajamento estudantil e o compromisso ético da comunidade acadêmica.

Com base nesse panorama, este artigo apresenta uma análise descritiva e interpretativa das ações, metodologias e resultados do projeto, evidenciando o potencial transformador da extensão universitária enquanto prática feminista e emancipatória. A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa e ancorada na pesquisa-ação, busca compreender os efeitos concretos dessas intervenções no fortalecimento da presença feminina nas engenharias e na consolidação de uma política de equidade de gênero no campus.

METODOLOGIA

O Projeto Mulheres nas Engenharias fundamenta-se em uma abordagem quanti-qualitativa e participativa, articulando investigação empírica e ação extensionista. Essa metodologia, inspirada em Chizzotti (2003), compreende que os fenômenos sociais e educacionais não se reduzem a dados numéricos ou descrições narrativas isoladas, mas exigem a análise integrada de contextos, discursos, práticas e significados. O enfoque metodológico busca, portanto, captar tanto a materialidade das condições institucionais quanto as dimensões simbólicas e subjetivas das experiências de gênero nas engenharias.

A estrutura metodológica do projeto ancora-se na pesquisa-ação (Thiollent, 2011), configurando ciclos contínuos de planejamento, execução, reflexão e replanejamento. Cada ciclo incorpora contribuições das participantes — discentes, docentes e técnicas administrativas — e resulta em novos arranjos de intervenção e produção de conhecimento.

As ações do projeto ocorrem em múltiplos espaços — físicos, virtuais e simbólicos — e envolvem oficinas, rodas de conversa, campanhas educativas, produções midiáticas e espaços permanentes de escuta e acolhimento. Essa multiplicidade de formatos e linguagens garante o envolvimento de diferentes públicos, desde estudantes do ensino médio até profissionais das engenharias, fortalecendo o diálogo intergeracional e interdisciplinar.

Com o intuito de contribuir com a formação e reflexão crítica, foram promovidas palestras e oficinas sobre liderança feminina, relações de poder, assédio, feminicídio, saúde mental e inserção no mercado de trabalho. Paralelamente, a promoção de acolhimento e redes de apoio fortaleceu o papel do Espaço Mulher, ambiente institucional destinado ao acolhimento de discentes e servidoras, que se consolidou como território de escuta, diálogo e enfrentamento às violências simbólicas e materiais. Outro eixo de atuação, voltado às campanhas de conscientização, abrangeu a criação de estratégias comunicacionais que visam modificar percepções e comportamentos. Entre elas, destacam-se a campanha “Unidas no Cielo”, dedicada à dignidade menstrual e ao autocuidado, e a campanha “Mais Respeito, Menos

Assédio”, voltada à promoção de informações, redes de apoio e fortalecimento de mecanismos de denúncia.

A metodologia, ao unir extensão e pesquisa, adota um paradigma feminista de produção de conhecimento (hooks, 2013), orientado pela escuta situada e pela valorização das experiências. Assim, a ação extensionista não apenas observa realidades, mas intervém sobre elas, transformando práticas e discursos. Essa perspectiva consolida o projeto como um campo de experimentação institucional, em que o fazer científico se articula à luta política por reconhecimento e justiça educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A missão da Universidade Federal do Pará (UFPA) pauta-se na produção e socialização do conhecimento comprometido com a formação de sujeitos críticos e com a transformação social na Amazônia (UFPA, 2020). Tal princípio, sustentado pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988; Martins, 2019), fundamenta o modo como o Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias se estrutura no Campus de Tucuruí.

A perspectiva pós-crítica adotada pelo projeto reconhece que os discursos de gênero não são neutros: são efeitos de poder que regulam a entrada e a permanência de mulheres em certos campos do saber. Conforme Louro (2011, 2013), a educação tem papel central na construção das identidades de gênero, pois opera tanto como espaço de resistência quanto de reprodução das normas sociais. Assim, pensar gênero nas engenharias é desestabilizar o discurso técnico-científico que historicamente excluiu as mulheres sob o argumento da racionalidade masculina (Lombardi, 2016; Dias, 2016).

A reflexão de Beauvoir (2009) permanece central para essa discussão ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Tal enunciado ressoa nos debates sobre formação acadêmica e profissional, pois revela que o lugar da mulher nas engenharias é historicamente construído e constantemente negado. A autora compreende a dominação masculina como um processo de naturalização do social, em que a mulher é reduzida ao “outro” e privada da condição de sujeito universal. Essa análise ilumina o modo como as engenharias — associadas à objetividade, ao rigor e ao controle — foram constituídas como espaços simbólicos do masculino, excluindo as experiências e saberes femininos de seu horizonte de legitimidade.

Tebet (2008) aprofunda essa leitura ao discutir a sub-representação feminina nas áreas tecnológicas e científicas, apontando que o problema não reside apenas nas barreiras de acesso,

mas nas estruturas institucionais e culturais que dificultam a permanência e a ascensão das mulheres nesses campos. Para a autora, é necessário romper com a cultura da neutralidade científica, pois ela oculta os mecanismos de exclusão e invisibilização. Ao resgatar experiências e trajetórias de mulheres engenheiras, Tebet enfatiza a importância de políticas e práticas institucionais que produzam reconhecimento e assegurem condições concretas de equidade.

Historicamente, a formação feminina esteve vinculada a papéis de cuidado e domesticidade (Louro, 2013). A inserção das mulheres nas ciências exatas, como observa Lombardi (2016), representou não apenas uma conquista social, mas uma ruptura epistemológica, pois implicou questionar a própria estrutura de produção do conhecimento.

Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022) apontam que as mulheres representam 57% das matrículas no ensino superior, mas apenas 29% nos cursos de engenharia. No CAMTUC, esses índices são reforçados pelo quantitativo de 40,8% de mulheres ingressantes na graduação. Em relação aos concluintes, elas totalizam 32,2%, evidenciando a presença de violências simbólicas marcadas por preconceitos de gênero. Essa discrepância, segundo Teixeira, Souza e Netto (2021), revela que a desigualdade de gênero não se manifesta apenas na entrada das mulheres na universidade, mas também na sustentação das condições de permanência e reconhecimento.

O projeto adota uma leitura interseccional das desigualdades (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2018; Gonzalez, 1984), compreendendo que as exclusões de gênero se articulam a marcadores como raça, classe e territorialidade. Essa abordagem fundamenta ações específicas voltadas a mulheres negras, indígenas e periféricas, cuja presença no CAMTUC tem sido fortalecida por meio de campanhas e políticas institucionais de acolhimento.

Além disso, a inspiração em pensadoras feministas decoloniais, como Lugones (2020) e Collins (2019), permite compreender a universidade como território em disputa, onde saberes eurocentrados são confrontados por epistemologias locais e corporificadas. A presença das mulheres nas engenharias, portanto, não é apenas quantitativa, mas também epistemológica e política, redefinindo o que se entende por ciência, técnica e racionalidade.

Ao propor uma política de gênero permanente, o projeto e o PMME atua como mediador entre o discurso institucional e as experiências concretas das estudantes, transformando as tensões em dispositivos formativos. O resultado é uma prática extensionista que combina ação e reflexão, teoria e corporeidade, técnica e afeto, reposicionando o papel da universidade como espaço de emancipação e justiça social (Carneiro, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados observados ao longo do desenvolvimento do Projeto Mulheres nas Engenharias revelam o alcance social e institucional das ações implementadas. Entre 2020 e 2024, o projeto consolidou campanhas institucionais, oficinas formativas, rodas de conversa e eventos científicos dedicados à visibilidade de mulheres na engenharia. Essas atividades mobilizaram diversas participantes, incluindo estudantes, docentes, servidoras e representantes de empresas parceiras, como Eletronorte e Dow.

A Campanha “Unidas no Ciclo” evidencia a relevância de visibilidade e ação concreta em prol da dignidade menstrual. Desenvolvida a partir de 2021 surgiu após discussões sobre as dificuldades de acesso a produtos de higiene menstrual durante a pandemia. Além da distribuição de absorventes e kits de higiene íntima, a campanha promoveu rodas de conversa, lives educativas e palestras sobre saúde menstrual, discutindo tabus culturais e direitos reprodutivos, articulando ciência, gênero e saúde pública. As discussões foram acompanhadas de materiais informativos sobre dignidade menstrual. Mais do que garantir acesso a um item básico, a campanha fomentou consciência crítica sobre as desigualdades corporais e sociais que atravessam as experiências das mulheres, reposicionando o corpo feminino como território de cidadania e dignidade (Louro, 2013; Beauvoir, 2009).

Outra ação de destaque é a Campanha “Mais Respeito, Menos Assédio”, concebida como uma resposta coletiva às demandas de enfrentamento das violências simbólicas, morais e sexuais no ambiente universitário. A partir de 2022, foram realizadas ações de formação para docentes, técnicos e discentes, com foco na compreensão do assédio em suas dimensões institucional e relacional. O processo envolveu palestras, elaboração colaborativa de materiais educativos, com o objetivo de fortalecer uma cultura de respeito e responsabilidade compartilhada. A campanha também promoveu a divulgação de protocolo de Acolhimento e Denúncia de Casos de Assédio. Ao promover a escuta e o enfrentamento público das violências de gênero, a campanha dissemina como prática de extensão emancipatória e transformadora, tornando visível o compromisso institucional com a ética, o cuidado e a segurança nos espaços universitários e escolares.

As oficinas temáticas, ao tratarem sobre carreiras e lideranças femininas, assim como discutirem sobre engenharia e sociedade, abordaram temas como empregabilidade, gestão de equipes, comunicação assertiva e saúde mental. Essas iniciativas evidenciam que ações

extensionistas bem estruturadas produzem efeitos concretos na permanência e autoestima das mulheres (Bhering, 2019).

O fortalecimento do Espaço Mulher como ambiente de convivência e acolhimento ampliou as redes de solidariedade feminina no campus. O espaço recebe discentes, docentes e servidoras e traz à tona práticas de acolhimento, redes de apoio e outras formas de resistências para as mulheres que estão nesse ambiente. Tais práticas se alinham à concepção de extensão emancipatória defendida por hooks (2013) e Ahmed (2022), em que o cuidado e a escuta são dimensões políticas e pedagógicas do processo formativo.

No campo discursivo, o projeto promove deslocamentos significativos, refletindo o que Louro (2011) denomina de “movimento performativo da diferença”, no qual a repetição dos discursos institucionais é subvertida pela prática, uma vez que relatos, ações, formação de redes, e o cuidado com outras mulheres denotam o aspecto transgressor e resistente das ações efetivadas pelo projeto.

Nesse sentido, o projeto reforça a concepção de extensão como produção situada de conhecimento, que reconhece os corpos e contextos das mulheres amazônidas como fontes legítimas de saber. A construção ações, produções científicas, produções técnicas reforçam as práticas de acolhimento, a quebra com os padrões instituídos, a reverberação da urgência de outras práticas que evidenciem um espaço mais acolhedor plural e inclusivo.

CONCLUSÃO

O Projeto Mulheres nas Engenharias, ao longo de sua trajetória no CAMTUC/UFPA, contribui com iniciativas de transformação institucional. Mais do que ampliar a presença numérica de mulheres nos cursos de engenharia, o projeto busca promover mudanças nas práticas, discursos e estruturas de poder que historicamente sustentaram a desigualdade de gênero nas ciências exatas.

A articulação entre extensão, pesquisa e formação permitiu transformar o campus em um espaço de escuta, acolhimento e protagonismo. As campanhas e oficinas, ao mesmo tempo que sensibilizaram a comunidade, instituíram políticas concretas — como a distribuição gratuita de absorventes, a criação de ações de combate ao assédio e outras formas de discriminações. Tais avanços revelam que a equidade não é apenas um ideal, mas um processo institucional contínuo sustentado por práticas políticas e pedagógicas.

Do ponto de vista teórico e social, o projeto reafirma o feminismo enquanto prática de transformação coletiva, que ultrapassa o campo da reivindicação e se inscreve como epistemologia de resistência. Inspirado em autoras como Beauvoir (2009), hooks (1994) e Ahmed (2022), o PMME assume que o feminismo não se limita à inclusão de mulheres em espaços historicamente masculinos, mas propõe a reconfiguração simbólica e ética desses espaços, deslocando hierarquias e redefinindo o que se entende por ciência, competência e autoridade. Nesse sentido, a presença das mulheres nas engenharias passa a ser compreendida não como uma exceção, mas como um direito e um ato político de reposição da igualdade. O feminismo, nesse contexto, atua como uma pedagogia da autonomia e da crítica — que desnaturaliza as estruturas patriarcais e convida a universidade a repensar seus modos de produção de saber.

Sob a ótica das relações de gênero, o projeto evidencia que a transformação institucional depende da escuta ativa das experiências femininas e da construção de redes de solidariedade capazes de sustentar as trajetórias acadêmicas e profissionais das estudantes. Ao articular campanhas, oficinas e políticas de permanência, o PMME não apenas combate as formas explícitas de discriminação, mas também atua sobre as microviolências cotidianas e simbólicas que moldam o ambiente acadêmico. Trata-se de um projeto que promove o reconhecimento das mulheres como sujeitos do conhecimento e agentes de mudança social, reposicionando-as de um papel de adaptação para um papel de protagonismo e liderança.

Assim, o Projeto Mulheres nas Engenharias reafirma-se como uma experiência de extensão universitária feminista e interseccional, que contribui para redefinir a presença das mulheres nas ciências e na sociedade. Sua relevância não se restringe ao contexto amazônico, mas se projeta como modelo institucional replicável, capaz de inspirar outras universidades e programas que busquem construir políticas de equidade de gênero. Ao conjugar teoria, prática e afetividade, o projeto demonstra que o feminismo, mais do que uma bandeira política, é uma metodologia de emancipação que transforma sujeitos, instituições e o próprio sentido de engenho o mundo.

AGRADECIMENTOS

O Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias (PMME/CAMTUC/UFPA) apresenta seus agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (PROEX/UFPA) pelo apoio institucional à execução do projeto *Mulheres nas Engenharias*, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo

fomento concedido por meio do projeto intitulado “*Potencializando Meninas e Mulheres na Região do Lago de Tucuruí-Pará: Práticas de Incentivo, Permanência e Conclusão nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação*”, contemplado na Chamada CNPq/MCTI/Mulheres nº 31/2023, Processo nº 440740/2024-0.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu., 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BHERING, Carolina. Mulheres na ciência e tecnologia no Brasil: permanências e rupturas. **Revista Gênero e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 122–140, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DIAS, Maria Sara de Lima. **A escolha feminina na área das profissões tecnológicas: impactos na subjetividade**. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 9, n. 33, p. 3-21, jan./jun. 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas**. Brasília: INEP/MEC, 2023.
- LOMBARDI, Maria Rosa. **Engenharia e gênero: uma análise das desigualdades persistentes**. São Paulo: Cortez, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. São Carlos: EDUFSCar, 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. Universidade e sociedade: os desafios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 78, p. 1–15, 2019.

SANTOS, Solange. Permanência estudantil e gênero na universidade: políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

TEBET, Mani. Mulheres na engenharia: transgressões? **Fazendo Gênero 8** – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008, Florianópolis, SC. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST38/Mani_Tebet_38.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

TEIXEIRA, Ana Paula; SOUZA, Daniela; NETTO, Juliana. Gênero, universidade e resistência: práticas e discursos sobre inclusão e equidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. 1–18, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020–2024**. Belém: UFPA, 2020.